

A Gênese da Petrobrás: um debate entre Nacionalistas versus Liberais.

João Rodrigues Neto¹

Introdução

O marco histórico da exploração de petróleo, no Brasil, ocorreu em 1892, quando o paulista Eugênio Ferreira Camargo decidiu perfurar um poço em Bofete – interior de São Paulo – após contratar o belga Auguste Collon para realizar uma pesquisa geológica para petróleo. Do poço de Bofete com 488 metros de profundidade foram extraídos dois barris de óleo. (Souza, 1997:184-185). A importância dessa exploração deve-se a possibilidade aberta da existência de petróleo no território brasileiro. A constatação somente deu-se em 1930 quando, o engenheiro civil e geógrafo, Manoel Ignácio Bastos, um autodidata em geologia, funcionário do governo baiano, observou que no lugarejo de Cabritos, em Lobato-BA, os moradores não compravam gás para acender os lampiões, pois utilizavam um óleo negro que jorrava da terra. Após constatar a abundância do óleo negro e a análise pela Escola Politécnica da Bahia, concluiu-se que se tratava, realmente, de petróleo. Marcava, assim, a descoberta de petróleo na Bahia.

Com a decretação do Estado Novo, em 1937, Getúlio Vargas fechou o Congresso e nomeou uma Assembléia Constituinte, sob a alegação da necessidade de que a Constituição deveria ser reformulada. Dentre as reformulações, o Governo entendia que era necessária uma nova política petrolífera para o país. Pois, o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM da forma que estava funcionando, não estava em condições de resolver os problemas da pesquisa do petróleo. A proposta do Governo era a de que o DNPM seria um órgão ligado diretamente à Presidência da República e com orçamento próprio. A política do petróleo aprovada na nova Constituição e promulgada no Estado Novo, não permitia que a exploração e a produção de petróleo fossem concedidas para capitais estrangeiros. A atividade de extração de riqueza do subsolo, em território nacional, seria de exclusividade para brasileiros.

Na verdade, como governo nacionalista Getúlio Vargas tinha um propósito: o de afastar a Standard, a Shell e outras companhias do setor petrolífero brasileiro. Apesar das empresas multinacionais atuarem no país, na atividade de distribuição de derivados

¹ Professor Associado I, do Departamento de Economia, da UFRN, Doutor em Economia Aplicada, pelo Instituto de Economia, da UNICAMP. Coordenador do Grupo de Estudos em Economia do Petróleo, do Gás e dos Biocombustíveis, da Base de Pesquisa Estratégias para o Desenvolvimento do Nordeste, cadastrada no Diretório do CNPq, 2008. CNPq.

do petróleo, e de manterem o controle da distribuição, tinham o propósito de preservar essa atividade. O governo Vargas através da intervenção do Estado tinha como finalidade, diminuir o poder de intervenção, na economia, dessas empresas multinacionais. Essa atitude de preservar esse setor produtivo significava que, *sob a premência de uma situação de crise, percebida ao seu modo – em termos de criação de condições para a eficiência, em curto prazo, do aparelho de defesa nacional – os militares aparecem como o verdadeiro elemento dinamizador, na época, da ação oficial neste setor nuclear da economia.* (Cohn, 1968:49).

É importante destacar que a política econômica do Estado Novo (conduzida pelo ministro da fazenda Souza Costa) caracterizou-se por um forte intervencionismo estatal. Isso significa que a característica básica desse governo nacionalista era a centralização das ações políticas.

A forma como o governo Vargas realizou alterações na estrutura do aparelho estatal, no período do Estado Novo, resultou de medidas que se *erigiu um novo aparelho de regulação e intervenção econômica; estruturou-se no Estado uma área social na qual passaram a serem gestadas políticas públicas de caráter nacional; finalmente, os organismos coercitivos e repressivos estatais adquiriram substância qualitativamente nova.* (Cardoso de Melo & Novaes, 2000:593).

A fase histórica da intervenção estatal na atividade petrolífera, durante o Estado Novo, que resultou na criação do CNP, deu-se sob o prisma da política energética voltada para o abastecimento interno, mediante o intervencionismo estatal antes norteado pelas atividades que exigiam grandes investimentos e serem de riscos, como as de pesquisas e exploração de petróleo. Isso levaria o Governo Vargas declarar de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo, através da nacionalização da atividade de refinação. Assim, o intervencionismo estatal no período 1937-1945, tinha uma visão estratégica de desenvolvimento do país, ou seja, a articulação do investimento para propiciar o salto qualitativo na industrialização brasileira, característica da 2ª Revolução Industrial, que resultou na criação grandes empresas estatais como: o Conselho Nacional de Petróleo – CNP (1938); o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939); a Companhia Siderúrgica Nacional (1940); a Companhia Vale do Rio Doce (1942); a Companhia Nacional de Álcalis (1943) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

No período que antecedeu ao Estado Novo ou o primeiro governo Vargas, nota-se a ausência das grandes companhias internacionais na pesquisa do petróleo, no Brasil, numa época em que nada as impedia de atuar. Na primeira metade do século XX, essas

corporações fizeram o reconhecimento de quase todas as regiões do planeta e avaliando suas possibilidades petrolíferas. Descobriram, nesse período, algumas das mais importantes áreas produtoras do mundo, como na Venezuela, no México, no Oriente Médio e, naturalmente, nos Estados Unidos e no Canadá. A principal causa do desinteresse das grandes companhias e da demora em transformar o país em produtor de petróleo foi à natureza pouco generosa de nossas bacias sedimentares, que exigem grande esforço e perseverança para identificar os campos de petróleo, tornando a exploração de petróleo no Brasil uma atividade de elevado risco. A estratégia das grandes empresas multinacionais do setor petrolífero – ESSO, SHELL e TEXACO – seria a manutenção do Brasil como mercado, potencialmente, consumidor de petróleo como matéria-prima para a indústria, bem como, os subprodutos derivados dessa fonte energética, ou seja, manter a atividade de distribuição dos derivados do petróleo.

Dentro da estratégia do Estado de intensificar o processo de industrialização, observa-se que, no pós-guerra às importações de bens de capital foram bastante representativas, em virtude de uma política de industrialização pesada ou de bens de produção, voltada para um objetivo central: o da substituição das importações. Esta questão é destacada por Furtado (1969:36), ao tratar das implicações do progresso tecnológico, ocorrido no pós-guerra, quando afirma que: *esse progresso, como é bem sabido, orienta-se no sentido da economia de mão-de-obra, isto é, no sentido da automatização dos processos produtivos. Por conseguinte, o problema não é apenas de passagem da indústria leve para a pesada, trilha natural do processo de substituição de importações.*

Na verdade, Furtado identifica como sendo um problema estrutural, com tendência a se tornar mais grave. A implantação dessa política industrializante – mesmo tardia – ocorreu de forma mais concreta no segundo governo de Vargas (1951-1954) e no governo Kubitschek (1956-1961).

Diante deste quadro de dificuldades vivido na primeira metade do século XX, o Estado utiliza-se de políticas voltadas para atividades de geração de energia, mas especificamente, de petróleo e energia hidráulica. Mesmo sabendo das dificuldades peculiares das bacias sedimentares e os altos custos das atividades de pesquisa e exploração de petróleo no subsolo brasileiro, e mais, devido à deficiência técnica e a falta de capital do setor privado nacional – frustrado em suas tentativas de encontrar petróleo -, o Governo Federal criou pelo Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril de 1938, o Conselho Nacional de Petróleo – CNP representou a primeira iniciativa do Estado

brasileiro de regulação do setor petrolífero com a finalidade exclusivamente voltada para o controle estatal da atividade do setor petrolífero brasileiro.

Além de ser uma iniciativa do setor público, voltada para solucionar o problema de exploração e extração de petróleo, em virtude da política industrial e, da expansão da rede rodoviária que exigiam um aumento de importação de petróleo. Como primeiro órgão oficial criado para tratar dos assuntos da indústria do petróleo, no país, o CNP confirmou, em 1939, a existência de petróleo em Lobato – Bahia, que foi considerado o primeiro poço a produzir petróleo no Brasil.

A legislação promulgada de criação do CNP previa a imediata nacionalização de todas as atividades e o estrito controle governamental sobre todos os aspectos da indústria do petróleo. Bem como, se previsse a participação do setor privado, em atividade de exploração e distribuição, o controle governamental deixava clara a opção estatizante para a atividade petrolífera. O primeiro presidente do CNP, o general Júlio Caetano Horta Barbosa, oficial nacionalista de formação positivista, utilizou-se da lei para dificultar a operação de empresas privadas, pois entendia como bem destacou Cupertino (1976:79) que: *só o Estado tem qualidade para explorar o petróleo, em nome e no interesse dos mais altos ideais de um povo*, por ser um produto estratégico para o desenvolvimento industrial e para a segurança nacional. Em 1943, as teses e influências dos setores nacionalistas enfraqueceram-se, o que levou o general Horta Barbosa se demitir do CNP. Sendo nomeado para substituí-lo o general João Carlos Barreto, com tendências próximas às teses liberais, iniciava as primeiras revisões do “nacionalismo corporativista” que se manifestaram com as concessões para a instalação de refinarias no Rio de Janeiro (com a refinaria de Manguinhos, ao Grupo Drault Ernanny, que entrou em operação no início da década de 1950); em São Paulo (com a refinaria União, ao Grupo Soares Sampaio) e com a descoberta do Campo de Dom João, o CNP contratou (em 1947) a M. W. Kellog Co. para construir uma refinaria em Mataripe – Bahia.

Na realidade, a atuação do Conselho Nacional de Petróleo – CNP -, no período entre 1938 e 1953, foi o de consolidação da atividade de pesquisa e exploração, principalmente no Recôncavo Baiano, apesar de menos de 100 poços haviam sido perfurados em busca do petróleo, no período anterior a 1938, dos quais, 77 poços foram de iniciativas do Governo, através do SGMB - Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, e cerca de 20 poços perfurados, por empresas privadas nacionais, que atuaram no setor sem a cooperação ou participação do Governo. Durante os 15 anos de atuação do

CNP, quando foram realizadas as primeiras descobertas na Bacia do Recôncavo Baiano, nenhum grupo privado sentiu-se motivado a participar concretamente destas pesquisas e explorações. A atuação do CNP, sob a lógica nacional que condiz com a idéia de progresso ou de desenvolvimento nacional, não apresentava resultados satisfatórios e de certa forma promovia uma inquietação no Governo, em virtude do período de organização do CNP ter-se, revelado um modelo nacionalista vulnerável, desgastado e desiludido politicamente, nos últimos anos, no exato momento em que o Congresso Nacional realizava uma discussão sobre a política brasileira do petróleo. Marinho Júnior (1989:249), destaca que: *ninguém suspeitava é que a força do nacionalismo estava preste a despertar os corações e mentes dos brasileiros para a realidade do petróleo, como jamais havia acontecido antes do país*. Essa conscientização tomava conta do povo brasileiro, ao eleger a questão do petróleo como a luta pela soberania nacional que definiam os caminhos para consolidar o processo de industrialização e do desenvolvimento econômico e social. Esse movimento nacional de luta e de autodeterminação do povo brasileiro ficou conhecido como a Campanha “O Petróleo é Nosso”.

Com essa afirmação do princípio nacional de participação popular, dar-se início a história do Estado Nacional como detentor, sob a forma de monopólio, do setor petrolífero em terras brasileiras. Assim, a campanha “O Petróleo é Nosso” representou um movimento nacional que mobilizou a opinião pública, em defesa de uma ideologia do progresso, entendida enquanto uma política nacional. Assim, o objetivo do presente trabalho é resgatar a gênese da Petrobrás, a partir do debate entre Nacionalistas e Liberais, ocorrido no período entre 1947 e 1953.

O debate político entre Nacionalistas versus Liberais.

Apesar do otimismo criado, na segunda metade da década de 1940, inicia-se um debate sobre a política brasileira de petróleo. O fórum escolhido foi o Clube Militar, no Rio de Janeiro, onde as conferências realizadas pelos generais Juarez Távora e Horta Barbosa tiveram uma grande repercussão junto à opinião pública, tendo sido considerado, com destaca Lima (1975:82), *um dos mais apaixonantes debates de toda vida política brasileira*. A importância do debate era que se revelava, a partir daquele momento, um grupo de militares que teriam destaque na definição de uma política brasileira de petróleo. O argumento de sustentação, desses militares, na criação do monopólio estatal do petróleo, estava baseado na lógica da segurança nacional como uma questão de soberania nacional.

O debate no Clube Militar tinha, por um lado, o General Juarez Távora que defendia uma política petrolífera, mais liberalizante, onde a pesquisa e a exploração de petróleo poderiam ser realizadas por empresas nacionais, ou totalmente estrangeiras, ou mesmo, associadas. Sendo que a refinação e o transporte seriam reservados a empresas nacionais ou sociedades mistas (com participação de no mínimo de 60% do capital para as empresas brasileiras). O primeiro pronunciamento do General Juarez Távora, durante a elaboração do Estatuto do Petróleo, daria o tom dos debates sobre essa questão nos anos seguintes. Sua opinião vem sob a forma de advertência, quando afirmou: *“Discutem-se agora as bases de leis orgânicas que regulamentarão as atividades de empresas concessionárias de serviços públicos ou de utilidade pública, das relativas à exploração das riquezas do subsolo, aí incluídas as jazidas de petróleo, e, também, ao aproveitamento de nossas fontes de energia elétrica, facilitando a inversão de capitais estrangeiros e, mais do que isso, a interferência de poderosos trustes internacionais nesses empreendimentos. Isso deve ser um bem. Mas, poderá ser também um mal para o desenvolvimento e a maioria de nossa atividade econômica, quer no campo nacional, quer na esfera internacional.* (Cupertino, 1976:77).

Por outro lado, o General Horta Barbosa defendia o monopólio integral do Estado e tinha como tese fundamental de que: o petróleo pertence à nação. Assim, se popularizou como nacionalista e foi um dos principais personagens da campanha “O Petróleo é Nosso”. Essa participação no debate, enquanto, uma questão nacional está embasada, segundo opinião de Cohn (1968:48), na *influência da concepção ‘militar’ do problema do petróleo, que era encarado em termos de segurança nacional, foi decisiva, de vez que forneceu a pedra de toque para as suas formulações de cunho mais nacionalista.* O pronunciamento do General Horta Barbosa foi mais enfático, na defesa da estatização do setor petrolífero brasileiro. Ao contrário do que afirmou o General Juarez Távora, deixa claro em seu pronunciamento, como destaca Cupertino (1976:78-79), de forma explícita que o Estado deveria, em nome da soberania nacional, assumir o controle desse setor produtivo, ao afirmar: *Estão em moda as sociedades mistas. Citam-se, a propósito, Volta Redonda e Vale do Rio Doce. Não colhem, todavia, os exemplos lembrados. Num caso, a tendência do governo é, garantido o êxito da indústria, afastar-se, deixando-a entregue a particulares. Noutra caso, a propensão é assumir o monopólio. Petróleo não é ferro e nem estrada de ferro. Petróleo é energia, que tem que ser vendida pelo preço mais barato possível, a fim de facilitar a produção de todas as demais riquezas. Petróleo é base da economia e da defesa militar de um país. (...) É uma injustiça social entregar o privilégio da indústria do petróleo a alguns, mesmo sob a forma de ações de uma sociedade mista. O*

petróleo pertence à Nação, que há de dividi-lo igualmente por todos os seus filhos. (...) Petróleo é bem de uso coletivo, criador de riqueza. Não é admissível conferir a terceiros o exercício de atividade que se confunde com a própria soberania nacional. Só o Estado tem qualidade para explorá-lo, em nome e no interesse dos mais altos ideais de um povo.

A política nacional do petróleo, também, era tema de discussão no Congresso Nacional ao se colocar em tramitação (ou em pauta) o Estatuto do Petróleo, que contemplava a participação de capitais privados estrangeiros em todas as atividades relacionadas com a indústria do petróleo.

Naquele ano de 1947, por iniciativa do presidente Dutra, foi constituída a Comissão de Anteprojeto da Legislação do Petróleo, sendo designados os Srs. Odilon Braga, Glycon de Paiva, Avelino Inácio de Oliveira, José Alves de Souza, Rui Lima e Silva e o coronel Artur Levy, com a finalidade de elaborar o Estatuto do Petróleo. As atribuições dadas a Comissão para propor o Projeto seria a de *rever as leis atinentes à pesquisa, lavra e industrialização de petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobetuminosas assim como, em parte, o Código de Minas, de sorte a ajustá-lo à Constituição e às modificações recomendadas pela prática.* (Lima, 1975:80). Na proposta apresentada ao presidente Dutra, a Comissão incluía a possibilidade da presença de capitais internacionais na atividade de extração ou produção de petróleo, ou seja, limitava a participação do capital estrangeiro nas empresas em apenas 40%. A Comissão tinha uma posição clara de que ao ser identificada ou descoberta uma jazida, nas áreas concedidas às empresas nacionais ou transnacionais, o Estado teria direito da metade, tanto para exploração como para novas concessões. E ainda, destacavam que essa nova concessão teria maiores vantagens para o Estado porque se tratava de uma área, onde seriam conhecidas as reservas petrolíferas.

Observou-se um fato curioso: o presidente Dutra encaminhou o Projeto de Lei, que criava o Estatuto do Petróleo, ao Congresso Nacional sem nenhuma orientação e sem interferir na sua tramitação. Deixando clara a posição do Governo, a não aceitação da proposta apresentada pela Comissão. Na tentativa de justificar tal procedimento, apresentou nova mensagem ao Congresso Nacional de emendas ao projeto. A reação contrária ao Estatuto do Petróleo foi imediata, de desaprovação nacional e se espalhou por todos os estados da Federação, pois diversas instituições já tinham definido posição de apoio à manutenção do petróleo como um bem nacional, como o exemplo da Juventude Estudantil Paulista que divulgou o Manifesto de 1948, no qual afirmava oposição ao Projeto que tramitava no Congresso Nacional

O debate no Congresso Nacional centrava-se sobre a melhor forma de explorar o petróleo, pois não existiam mais dúvidas de sua existência em solo brasileiro. **Por um lado**, partidos de direita - representada pela União Democrática Nacional – UDN que assumia uma atitude política em relação ao petróleo, favorável a privatização das atividades produtivas, ou seja, abertura da indústria brasileira do petróleo às multinacionais e pelo Partido Social Democrático – PSD, que por ser um partido cuja origem era conservadora não inspirava confiança -, contestava a proibição por lei à atuação do capital estrangeiro no setor petrolífero brasileiro, em função do Estado não ter capacidade e disponibilidade de recursos para tal investimento, bem como, o empresariado privado não estava disposto investir num setor considerado de alto risco. O argumento forte seria a carência tecnológica e a pouca capacidade de investimento para esta atividade. Apesar da posição defendida por esse setor, a proposta do Estatuto do Petróleo não obteve êxito. Na verdade, o projeto do Estatuto do Petróleo foi abandonado no Congresso por falta de um parlamentar que assumisse sua paternidade. **Por outro**, a esquerda – representada pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, com uma bancada minoritária no Congresso Nacional -, tinha uma preocupação em não entregar aos trustes internacionais toda a riqueza existente no subsolo brasileiro. E esta posição da esquerda, fortalecia a campanha “O Petróleo é Nosso” que tinha como objetivo: assegurar a nacionalidade ou a propriedade de todas as reservas de petróleo descobertas no território nacional. Os políticos ou partidos enfrentaram muitas dificuldades nessa campanha. A argumentação, segundo Cohn (1968:118), dessas dificuldades era que: *de modo geral, a Campanha do Petróleo teve que lutar com obstáculos de toda sorte: desde a falta de recursos até a mais aberta repressão policial. Esta repressão era exercida basicamente sob a alegação de que se tratava de movimento dominado pelos comunistas – que a partir de 1947, estavam fora da lei.*

Esse embate político, que ocorreu no ano de 1950, tinha dois planos: um internacional e outro nacional, e, teve como eixo central à questão do petróleo, como também, a industrialização brasileira e o desenvolvimento nacional. O embate coincide com as tensões internacionais que marcam o início da guerra fria, mesmo considerando o ponto de vista do Ministro da Fazenda (do primeiro governo Vargas), de que, como observa Costa (1944:52): *a Conferência de Bretton Woods marcou um sentido novo à orientação econômica do mundo, baseada na cooperação internacional, na boa vontade entre as nações, condições fora das quais é absolutamente impossível realizar qualquer plano seguro*, o que leva a entender que as condições são impostas, de sobremaneira aos países

que desejam adaptar sua política financeira aos princípios e às normas exigidas pelos países centrais, através do Fundo Monetário Internacional.

Em nível nacional, o embate político estava centrado na campanha eleitoral para sucessão do Presidente Eurico Gaspar Dutra. Nessa eleição, à direita, era representada pelo Brigadeiro Eduardo Gomes que defendia a abertura do setor petrolífero ao capital estrangeiro. Essa corrente era chamada de liberal ou entreguista porque defendia a entrada da iniciativa privada (capital estrangeiro) nas atividades de exploração, produção e distribuição, que seria responsável pelo desenvolvimento da indústria petrolífera brasileira. Vale destacar, que essa corrente política considerada de direita, não era contra o processo de industrialização da economia brasileira. Entendia que a abertura do mercado petrolífero para exploração e produção por multinacionais, provocaria uma atração de capital internacional, necessários ao progresso nacional.

Por sua vez, à esquerda, tinha como candidato Getúlio Vargas que defendia uma solução nacionalista para esse setor. Essa corrente conhecida como nacionalista ou estatizante, defendia tanto o controle do setor petrolífero exercido pelo Estado como a implantação da industrialização pesada, ou seja, a questão do petróleo seria o eixo central da discussão, porque entendia ser o petróleo uma questão nacional que possibilitaria a industrialização e o desenvolvimento do país.

A Campanha “O Petróleo é Nosso”.

Após a eleição de Vargas para um segundo mandato de Presidente da República, a campanha “O Petróleo é Nosso” tomou uma dimensão nacional e se radicalizam as manifestações contra o Estatuto do Petróleo e a favor da nacionalização do setor petrolífero. A campanha “O Petróleo é Nosso” foi capaz de unir os diversos segmentos da sociedade civil e de partidos políticos, com um só propósito: defender a nacionalização do setor petrolífero. Uma aliança firmada entre militares e técnicos do Governo, baseada numa ideologia estatizante e nacionalista, foi importante para formar um aparato militar em torno da questão nacional do petróleo. Destacam-se nessa aliança personalidades como: Barbosa Carneiro, Horta Barbosa, Macedo Soares, Anápio Gomes, Aldo Franco, Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Américo Barbosa de Oliveira e Tomás Accioly Borges. Esse debate que tinha como ponto central de discussão tanto a possibilidade de desenvolver, no país, a indústria petrolífera, como esclarecer à opinião pública, que não existiria, por parte do cartel internacional do petróleo, interesses em realizar investimentos na exploração de petróleo e nem promover o desenvolvimento socioeconômico nacional.

Foi uma campanha que mobilizou todo País, onde a grande tribuna era a do povo nas ruas e praças (sem a participação de partidos políticos e sem qualquer personalismo) e o discurso principal tinha como objetivo: a conscientização dos interesses nacionais no controle estatal de toda atividade do setor de petróleo. Cupertino (1976:83), destaca a participação, nessa campanha, do deputado do Partido Republicano (PR) e ex-presidente Arthur Bernardes, nacionalista e grande defensor do monopólio estatal, que chegou a fazer comparações, ao dizer que: *duvido que os grandes movimentos nacionais como a Independência, a Abolição e a República tenham empolgado mais rapidamente o nosso povo do que essa campanha do petróleo, campanha da Redenção. A luta é árdua, mas a vitória do povo é certa, porque sua causa é justa. Defendemos hoje pacificamente a nação, para evitar ter que defendê-la amanhã, de armas em punho.*

O grupo de oposição (considerados entreguistas: parlamentares, industriais tradicionais, ortodoxos, internacionalista, além de autoridades do Governo), capitaneado por Assis Chateaubriand e Juarez Távora, além de Paulo Bittencourt, Otávio Mangabeira, Odilon Braga e O. Henry Leonardos, ao projeto do monopólio do setor petrolífero ou a campanha “O Petróleo é Nosso”, argumentava que esse era um movimento arquitetado e manipulado pelos comunistas (tese de concepção norte americana em defesa dos trustes de petróleo).

Na verdade, o que estava no centro da discussão era uma consciência nacional, de que o Brasil necessitava de instrumentos ou mecanismos capazes de criar as condições necessárias – uma infra-estrutura energética - ao desenvolvimento industrial, o que evidenciava a urgência da implantação da industrialização pesada, como forma, de colocar o país no caminho do desenvolvimento sócio-econômico. A história do petróleo, como uma questão nacional, está associada a duas correntes antagônicas, que discutiram a viabilidade da participação ou não do Estado e/ou do capital internacional (cartel internacional do petróleo), na implantação de uma indústria petrolífera brasileira. Estava em discussão, qual seria a forma de capitalismo e como se daria o seu avanço ou sua inserção, no contexto da internacionalização da atividade petrolífera?

Um importante representante da corrente que defendeu a participação do capital estrangeiro, na exploração das jazidas petrolíferas e por isso foi muito criticado, o General Juarez Távora, também, se posicionou contrário à instituição do monopólio estatal do petróleo, sob a alegação de que o país se recente de capacidade técnica e administrativa. Ao responder às críticas, afirma que: *insurjo-me, por isso, contra o critério fragmentário e deformador da realidade, no seu conjunto, da maioria das críticas feitas àqueles*

pontos de vista – tendentes, umas a fazer crer que rejeito a idéia do monopólio de Estado, simplesmente por carecer este de recursos próprios para financiar, sozinho, a solução do problema; estoutras (entre outras), que imputo ao Estado Brasileiro, incapacidade técnica e administrativa, em sentido absoluto, para empreender tal solução; aquelas outras), que considero, já não apenas o Estado, mas, os brasileiros, individualmente ou coletivamente, incompetentes ou inidôneos, para realizá-la; e, finalmente, algumas outras, que combato aquele monopólio, por admitir que o problema do nosso petróleo deve ser resolvido em função das exigências da defesa continental (predominância dos interesses dos Estados Unidos, ou, ainda, dos trustes petrolíferos) e não das conveniências nacionais. (Távora, 1955:144-145).

Admitiu que, o ideal seria o monopólio exercido pelo Estado, tanto sob o ponto de vista da racionalização da indústria como em termos de segurança nacional, mas, o considerou, inoportuno naquele cenário do pós-guerra, porque os interesses nacionais convergiam com os interesses dos Estados Unidos em relação à questão da defesa do mundo civilizado, por isso, admitia a participação do capital internacional na atividade petrolífera brasileira, como *a solução do problema, isto é, a satisfação de nossas necessidades internas de petróleo. (Távora, 1955:146).*

A participação do General Juarez Távora nos debates sobre a questão do petróleo, principalmente, no pós-guerra, foi significativa durante a formatação do anteprojeto do Estatuto do Petróleo, em 1947, para o qual apresentou contribuições e, do qual destacamos três pontos, que em sua opinião, seria a solução para o problema petrolífero brasileiro: **a)** a abertura da atividade ao capital privado – nacional e estrangeiro – na exploração de todos os ramos da cadeia econômica do petróleo; **b)** fortalecia a ação dos órgãos estatais responsáveis pela exploração de petróleo e criava possibilidades de ter prioridades frente ao capital privado, além disso, lhes assegurava o controle de preços no mercado interno; e, **c)** resguardava, em sua plenitude, a soberania nacional, mesmo sob o regime de concessões – para explorar riqueza patrimonial da União - para empresas organizadas no país. Távora (1955:156-157), sempre procurou (de forma repetitiva), justificar sua posição favorável à participação do capital internacional, nas atividades petrolíferas, quando destacou *a necessidade de, pelo menos nos próximos anos, facilitar-se à cooperação de capitais, empreendedores e técnicos estrangeiros, na exploração de nosso petróleo, ressalvadas as precauções indispensáveis para garantia de nosso desenvolvimento econômico e suprimento futuro, inclusive a realização de oportuna nacionalização da indústria e comércio petrolífero.*

Acreditava que, se fosse dada concessões para o capital internacional explorar a atividade petrolífera nacional, por um determinado tempo, no qual poderia consolidar o desenvolvimento sócio-econômico, o Estado poderia negar a renovação das concessões e nacionalizar essa atividade. A essa proposta, Távora chamou de solução objetiva para resolver o problema do petróleo brasileiro.

Na verdade, o petróleo era considerado, na visão dos militares, nesse debate, como um fator que promoveria o progresso econômico e o bem-estar social, além de sua importância decisiva como instrumento de segurança nacional. Então, a segurança nacional estaria relacionada com o desenvolvimento econômico e social da Nação. A segurança nacional era tratada de forma doutrinária, haja vista, como destaca Comblin (1978:54), que ela era *a garantia dada pelo Estado para a conquista ou a defesa dos Objetivos Nacionais, apesar dos antagonismos e das pressões*. A idéia era clara de que, o país necessitava desenvolver sua indústria petrolífera, porque era essencial à segurança nacional. Isso significava a garantia de que o mercado interno seria abastecido, bem como, assegurava o equilíbrio econômico a partir do momento em que, o país fosse capaz de atender a demanda interna por combustíveis líquidos.

A campanha “O Petróleo é Nosso” reacendeu toda a discussão sobre o petróleo, como uma questão nacional, ao mesmo tempo em que, o Presidente Vargas encaminhou Mensagem em 06 de dezembro de 1951, que submeteu o projeto de lei, ao Congresso Nacional, sobre a constituição ou criação da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo. O General Juarez Távora fez parte do grupo oposicionista à criação do monopólio estatal do petróleo. Nesse grupo de oposição, destacado por Fausto (2006:229), se encontrava *militares adversários do governo encontravam-se os oficiais anticomunistas, os inimigos do populismo, alguns identificados com a UDN e outros adversários dos políticos em geral. Os nomes mais conhecidos eram os generais como Cordeiro de Farias e Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes*.

Todos defendiam, de forma radical, a abertura da exploração de petróleo aos capitais privados, tanto nacionais como estrangeiras como forma de inviabilizar ou extinguir a idéia do monopólio estatal do petróleo. Essa posição contrária ao projeto do monopólio do setor petrolífero ou a campanha “O Petróleo é Nosso”, teve como argumentação, que esse era um movimento arquitetado e manipulado pelos comunistas.

Juarez Távora realizou diversas conferências sobre a questão do petróleo, inclusive esteve, em 11 de fevereiro de 1952, perante as Comissões de Economia e de Transporte da Câmara dos Deputados, com o objetivo de esclarecer suas posições

contrárias à criação do monopólio do petróleo. Naquele depoimento, apresentou fatos históricos e argumentos estatísticos da exploração e produção de petróleo em outros países, assim como, as vantagens que teria o Brasil, se essas atividades fossem executadas pela iniciativa privada. Ao final, da sua tentativa de convencimento dos Deputados, foi aparteado pelo Deputado Orlando Dantas que fez o seguinte comentário: *O meu juízo sobre V. Excia., Senhor General Juarez Távora, que é o lisonjeiro possível, já está formado de há muito. Mas na questão da fórmula a ser adotada para a exploração do nosso petróleo, eu sou nacionalista, ao contrário de V. Excia. Estou convencido – e a brilhante exposição de V. Excia., não me convenceu do contrário – de que a fórmula que melhor consulta os interesses superiores do nosso país é a do monopólio estatal.* (Távora, 1955:235).

Essa posição, do Deputado Orlando Dantas, deixou clara a posição nacionalista das duas Comissões. Apesar dessa tendência em prol do monopólio estatal, Juarez Távora (1955:260) utilizou-se, de uma forte argumentação, na tentativa de convencimento dos deputados, ao afirmar que, *a exploração pelo Estado, sob a forma de monopólio, é desaconselhável, no momento, entre outros motivos, pela ameaça de guerra que aflige o mundo e que poderia deixar-nos, de um dia para outro, inteiramente privados da importação de petróleo.* Não foi suficiente, esse argumento, para demover os Deputados da decisão em favor da instituição do monopólio estatal do petróleo. Essa opinião tinha por base a Guerra Fria que polarizou o mundo, no pós-guerra, entre países capitalistas e socialistas, e a eminência da eclosão de uma Terceira Guerra Mundial (hipótese de plano estratégico militar).

Após a criação da Petrobrás, sancionada pelo Presidente Vargas, mudou a postura do General Juarez Távora, em relação à instituição ou não do monopólio estatal do petróleo. Távora passou a fazer críticas às decisões tomadas, pela Câmara dos Deputados, referentes à radicalização do nacionalismo quando do veto às empresas privadas, associadas a empresas estrangeiras, de concessões para participar de atividades de exploração do petróleo. Em relação à Petrobrás, como uma solução nacional monopolista, tomada pelo Governo, Távora (1955:301-302) foi taxativo ao ver suas pretensões derrotadas, quando afirmou naquela ocasião que *o melhor que temos todos a fazer, agora, é cerrar fileiras, patrioticamente, em torno dessa solução, prestando-lhe, cada qual, o apoio que estiver ao seu alcance...*, e, mais adiante, Távora destaca que, *qualquer que venha ser esse caminho, a Petrobrás deve ser mantida e, sempre e cada vez mais, prestigiada e expandida, de forma a liderar, como órgão estatal, os demais empreendimentos que com ela se vierem enfileirar para exploração intensiva e extensiva de nossos recursos petrolíferos.*

Portanto, Juarez Távora foi mais um importante colaborador, a apoiar os empreendimentos da Petrobrás, principalmente, as explorações iniciadas na Amazônia e consideradas promissoras. Apesar das limitações de recursos humanos e materiais, acreditou no sucesso que seria obtido, no futuro, pela Petrobrás, e, fez saber a toda sociedade, que todos os esforços por parte do Governo, foram feitos, para a empresa desempenhar o seu papel no processo de desenvolvimento do país, assim como, cumprir as metas determinadas para a atividade petrolífera nacional.

Távora candidatou-se à Presidente da República, nas eleições de outubro de 1955. Seus principais adversários foram: Juscelino Kubitschek, Ademar de Barros e Plínio Salgado. Nessa eleição presidencial em que foi derrotado, Távora fez uma campanha em que, *enfatizava os apelos moralistas familiares à UDN, porém o candidato adotou uma posição diferente, diante dos problemas sociais e econômicos, da que adotara Eduardo Gomes nas campanhas eleitorais de 1945 e 1950. Távora prometia conservar as leis de bem-estar social, enquanto que, em 1950, Gomes parecia advogar a anulação da lei do salário mínimo. Porém a tomada de posição de Távora diante da política econômica era tímida.* (Skidmore, 1975:186).

Juarez Távora quando foi indicado candidato a presidente da República pela UDN, ocupava a Chefia da Casa Militar, do governo Café Filho. Em campanha, Távora apoiou a união dos militares contra o movimento que defendia a quebra do monopólio do petróleo. Esse fato chamou a atenção, em virtude da repentina mudança de posição, em relação ao monopólio estatal do petróleo, deu-se, exclusivamente, por entender que tal postura poderia lhe render bons resultados na eleição. Argumentação ou estratégia que não convenceu a maioria do eleitorado brasileiro, ou seja, obteve 30% dos votos, enquanto 36% dos votos foram para Kubitschek que se elegeu, 26% para Ademar de Barros e 8% para Plínio Salgado. Assim, Juarez Távora, o tenente vice-rei político do Nordeste (como era chamado, por ter sido o líder da Revolução de 1930, na Paraíba e em Pernambuco) e influente liderança no governo provisório de Vargas (1930-1937), na campanha, não convenceu a opinião pública, de que teria mudado suas idéias em defesa da participação, do capital internacional, nas atividades petrolíferas brasileira. Apesar disso, não era contrário aos processos de desenvolvimento e de industrialização brasileira. Juarez Távora se autodenominava um autêntico nacionalista. Como entender um nacionalista que não defendia a soberania nacional, quando se tratava da questão do petróleo, como uma questão nacional? Ao comentar a participação, do General Juarez Távora, nos debates do Clube Militar, Pereira (1975:81) constatou que, *o antigo líder*

tenentista partia de premissas certas para conclusões falsas. Quando dizemos que partia de premissas certas é porque reconhecia, em princípio, que “teoricamente (e, pelo menos dos pontos de vista de racionalização técnica e integração econômica), a solução mais adequada do problema seria a entrega, desde o início, de toda a exploração petrolífera ao Estado, sob a forma de monopólio”. Contudo, a base de uma série de preconceitos, ignorando, deliberadamente ou não, a posição exata das grandes empresas estrangeiras no caso, termina, com pequenas variações, por defender a política fixada pelo anteprojeto do Estatuto do Petróleo.

Ao escrever suas memórias, Juarez Távora faz uma referência ao que chamou de deformação de sua imagem diante da população brasileira, feita pela imprensa, no que diz respeito a sua posição pessoal e do governo, quando exerceu a Chefia da Casa Militar da Presidência da República, no governo Café Filho, sobre o monopólio estatal do petróleo. Acusou alguns órgãos de imprensa de usar o discurso dos comunistas, de que faria parte do grupo intitulado de “entreguistas”, que desejava abrir a concessão das atividades petrolíferas aos trustes internacionais do petróleo e que estaria sabotando a execução da lei nacionalista que criou a Petrobrás. Távora admite que, a exploração da atividade petrolífera deveria ocorrer a partir de um rigoroso “controle nacionalista”. Essa exploração seria controlada pelo Estado. Sob o regime de concorrência, onde seria admitido que a iniciativa privada atuasse ao lado do Estado, mesmo exercida por pessoas físicas ou jurídicas nacionais, ou mesmo quando associada a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras (que estariam sujeitas às normas diferenciadas que atuariam, em favor do capital nacional, tanto privado como estatal). Desta forma, a solução para a questão do petróleo, estaria condicionada aos *fins a alcançar, as peculiaridades nacionais e internacionais do problema, e os meios de que efetivamente dispomos para enfrentá-las e alcançar os fins visados.* (Távora, 197:213). O que chama a atenção, nessa posição assumida pelo General Juarez Távora é que ele não fez menção à questão da segurança ou soberania nacional, como uma condicionante importante para definir a questão do petróleo ou da Petrobrás.

As discussões, em torno do monopólio estatal do petróleo foram abrangentes desde a questão da estratégia de segurança nacional, como uma questão de soberania nacional, inclui temas como: a industrialização e o desenvolvimento econômico. Essas discussões, no âmbito das forças Armadas, provocaram uma divisão os militares. De um lado, aqueles considerados nacionalistas, e de outro, aqueles contrários à instituição do monopólio. Outros temas preocupantes da política econômica interna, como o

combate à inflação e quais os mecanismos que seriam definidos, naquela ocasião, para o controle da emissão de moeda e os gastos públicos, assim como, a definição de uma política externa brasileira. Fausto (2006:225) resume as posições ideológicas dos dois grupos, ao destacar que, **por um lado**, *os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar um sistema econômico autônomo e independente do sistema capitalista internacional. Isso significava dar ao Estado um papel importante como regulador da economia e como investidor em áreas estratégicas – petróleo, siderurgia, transportes, comunicações. Sem recusar o capital estrangeiro, os nacionalistas o encaravam com muitas restrições, seja por razões econômicas, seja porque acreditavam que o investimento de capital estrangeiro em áreas estratégicas poria em risco a soberania nacional*

Esse foi o discurso defendido pelo General Horta Barbosa ao longo da campanha “O Petróleo é Nosso”. Preocupou-se em disseminar suas teses nacionalistas, utilizando argumentos técnicos embasados politicamente e ao mesmo tempo em que, defendeu o princípio da soberania nacional. *A soberania nacional*, com muito bem salienta Comblin (1978:52), *enquanto um objetivo nacional capaz de manter a Nação intangível, assegurando sua capacidade de autodeterminação.*

Por outro lado, *os adversários dos nacionalistas defendiam uma menor intervenção do Estado na economia, não davam tanta prioridade à industrialização e sustentavam que o progresso do país dependia de uma abertura controlada ao capital estrangeiro.* (Fausto, 2006:225). O principal defensor dessa tese foi o General Juarez Távora, durante as conferências que realizou no Clube Militar. É importante destacar que, três militares anticomunistas, que se consideravam inimigos do populismo, ou seja, opositoristas do segundo governo de Getúlio Vargas, começaram uma campanha pela renúncia do presidente, foram eles: os Generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora e o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Quanto à política externa, se discutiu, naquela ocasião, sobre que posição tomaria o Brasil, no âmbito das relações internacionais. Segundo Fausto (2006:225), **por um lado**, *os nacionalistas eram favoráveis a uma posição de distanciamento ou mesmo de oposição relativamente aos Estados Unidos. Por outro lado*, *os adversários do nacionalismo defendiam a necessidade de o Brasil se alinhar irrestritamente com os americanos no combate mundial ao comunismo, em uma época de agravamento das tensões resultantes do início da Guerra da Coreia.*

Nesse debate, pode-se observar que, preponderava no pensamento dos nacionalistas o petróleo como uma questão nacional, ao mesmo tempo em que, defendiam a tese da

soberania nacional e não estava descolada da idéia da segurança nacional enquanto uma doutrina. Uma doutrina, como bem salientou Comblin (1978:73), que atribui ao Estado um papel de *agente da estratégia nacional, encarregado de colocar o Poder Nacional à disposição dos Objetivos Nacionais*. E todo esse corpo ideológico estaria objetivado num processo de industrialização nacional e teria como meta maior: o desenvolvimento econômico e social do país. Para isso, a questão do petróleo como uma questão nacional, teve um significado muito forte em se definir, que país seria legado às futuras gerações e como manter a Nação, soberana, autônoma e independente. Aos adversários do nacionalismo só importava que a questão do petróleo tivesse um desfecho, independente do formato na exploração das riquezas naturais (petróleo), preferencialmente, fosse realizado pelo capital estrangeiro (trustes estrangeiros), que resultasse no abastecimento do mercado interno de combustíveis líquidos e desta forma, teria sua importância para a defesa nacional. A presença de empresas estrangeiras, mesmo monopolizando o setor petrolífero nacional, traria benefícios para o país, através de investimentos em outros setores produtivos, o que poderia alavancar o processo de desenvolvimento sócio-econômico.

O grupo que era contrário a criação da Petrobrás ou do monopólio estatal do petróleo, do qual Távora fazia parte, defendia a concepção de que os comunistas foram os principais arquitetos da campanha do Petróleo e Nosso, o que poderia invalidar os argumentos da campanha, não obteve sucesso, tendo sido considerado por Cohn (1968:121), uma concepção errônea, mesmo que *a participação do Partido Comunista na Campanha do Petróleo é inegável; pode-se mesmo, com justiça, supor que, sem a capacidade de organização e o desprendimento dos militantes daquele grupo político, dificilmente esse movimento teria podido arrostar todos os obstáculos com que se defrontou e subsistiu*.

Considerações Finais

Uma possível solução para o setor petrolífero foi encaminhada, pelo Presidente Vargas, ao Congresso, como proposta de centro, através da Mensagem nº 469, de 06 de dezembro de 1951, para criação de uma empresa estatal de capital misto, a sociedade por ações Petróleo Brasileiro S. A, sem uma conotação de monopólio e possibilitava que qualquer capital pudesse explorar petróleo, até mesmo, os capitais internacionais, como forma de flexibilizar a execução da política nacional de petróleo e assegurar o que seria imprescindível, através da criação de uma empresa, o controle nacional do setor petrolífero. Em trecho da mensagem, que enviou ao Congresso o projeto de criação da Petrobrás, Vargas afirma que *o governo e o povo brasileiro desejam a*

cooperação da iniciativa estrangeira no desenvolvimento econômico do País, mas preferem reservar à iniciativa nacional o campo do petróleo, sabido que a tendência monopolística internacional dessa indústria é de molde a criar focos de atrito entre povos e governos. Fiel, pois, ao espírito nacionalista da vigente legislação do petróleo, será essa empresa genuinamente brasileira, com capital e administração nacional. (Cupertino, 1976:92).

Para Souza (1997:202-203), essa proposta levava a crer *que era mais importante descobrir o petróleo necessário para suprir o país do que manter as reservas sob domínio exclusivo do Estado.* Para surpresa do Governo a proposta não agradou a ala política de direita que se aliou à esquerda para derrotar o projeto de lei apresentada pelo Governo.

Os debates no Congresso se prolongaram até que, finalmente, em 28 de janeiro de 1953, o Deputado Euzébio Rocha do Partido Trabalhista, apresentou um substitutivo em que indicava como solução do embate, a criação do monopólio estatal do petróleo que seria exercido pela Petrobrás e que teve a anuência do Presidente Getúlio Vargas. Para reforçar a proposta do deputado Euzébio Rocha, em 06 de junho de 1953, o deputado Bilac Pinto, da União Democrática Nacional – UDN, Partido de oposição ao Governo de Vargas, apresentou outro substitutivo em defesa do monopólio estatal do petróleo. A proposição de Euzébio Rocha era a de que a Petrobrás atuaria nos setores da produção, da refinação e da distribuição dos derivados do petróleo. Após os debates travados no Congresso e fora dele, no âmbito da sociedade brasileira, as conferências e os debates no Clube Militar – onde se destacam as conferências dos Generais Horta Barbosa e Juarez Távora -; finalmente, após 23 (vinte e três) meses de tramitação, o projeto de criação da Petrobrás foi aprovado pelo Congresso Nacional. Tendo o CNP cumprido sua função ao constatar a existência de petróleo no subsolo brasileiro, bem como, realizou os estudos que apontavam para perspectivas de futuras descobertas, foi importante e influenciou na decisão do Congresso Nacional em aprovar a proposta do Governo, com as devidas alterações feitas pelos substitutivos dos deputados Euzébio Rocha e Bilac Pinto.

Dessa forma, a projeto foi encaminhado para a aprovação do presidente Getúlio Vargas que sancionou a Lei nº 2004, em 03 de outubro de 1953, que instituiu o monopólio estatal do petróleo e criou a Petrobrás - Petróleo Brasileiro S. A. considerando o setor petrolífero de segurança nacional. Ao constituir a Petrobrás como uma sociedade por ações de economia mista, o Estado assume o controle acionário. Naquela mesma data, o Presidente Vargas enviou mensagem para dar ciência, ao povo brasileiro, da criação do monopólio do petróleo, onde destacava que a empresa fora

construída com capital, técnica e trabalho dos brasileiros e era resultado de uma política nacionalista e dos movimentos sociais organizados.

Assim nasceu a Petrobrás e com ela a expectativa do povo brasileiro ou a realização de um sonho nacional, de que essa empresa viesse desempenhar um papel importante no processo de consolidação da industrialização e do capitalismo brasileiro, bem como, no desenvolvimento socioeconômico do país.

Bibliografia

CARDOSO DE MELLO, J. M. & NOVAIS, Fernando Antonio. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. In: História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

COMBLIN, Padre Joseph. **A ideologia da segurança nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Artur de Souza. **Bretton Woods e o Brasil**. Rio de Janeiro, 1944. Conferência realizada na Associação Comercial de São Paulo, em 27 de outubro de 1944.

CUPERTINO, Fausto. **Os contratos de risco e a Petrobrás (o petróleo é nosso e o risco deles?)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2006.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga S.A., 1969.

LIMA, Medeiros (Org.). **Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARINHO JR., Ilmar Penna. **Petróleo: política e poder**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1989.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PEREIRA, Jesus Soares. **Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação**. Depoimentos organizados por Medeiros Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOUZA, Roberto G. de. **Petróleo: história das descobertas e o potencial brasileiro**. Niterói: Editora Laboure Lima, 1997.

TÁVORA, Juarez. **Petróleo para o Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

_____. **Uma vida e muitas lutas. Memórias: voltando à planície**. 3º Volume. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1977.